

Contratos Interadministrativos – Freguesias

23. Contratos Interadministrativos de delegação de Competências - Freguesias.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) **Freguesia de Priscos**, para execução da obra denominada “Reforço de verba/Trabalhos Complementares - Alargamento e Pavimentação da Rua do Moinho - Priscos”, no valor de 17 885,26€;
- b) **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua das Carvalhas - Trandeiras”, no valor de 27 500,00€;
- c) **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões**, para execução da obra denominada “Reconstrução do muro de suporte na Rua da Calçada - Tenões”, no valor de 21 762,33€;
- d) **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Alargamento e Requalificação da Rua Calçada da Pessa”, no valor de 15 185,83€;
- e) **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Obras de reparação na Escola de Escudeiros”, no valor de 30 088,82€;

- f) **Freguesia de Ruílhe**, para execução da obra denominada “Requalificação da Calçada da Lama Negra”, no valor de 9.402,20€;
- g) **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, para execução da obra denominada “Requalificação de muro de pedra na Rua da Bouça - Pousada”, no valor de 7.992,40€;
- h) **União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães**, e em conformidade com o artigo 39.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para execução das competências delegadas no âmbito da celebração do contrato Interadministrativo de delegação de competências e do auto de transferência de competências, no valor de 85.257,00€.

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

27/07/2016

Considerando que:

1. Em 27 de julho de 2016 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Priscos, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Alargamento e Pavimentação da Rua do Moinho - Priscos**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 169.934,01€ (cento e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e um cêntimo);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **17.885,26€** (dezassete mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 13 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Moreira e Trandeiras** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: «**Honorários/Projeto – Requalificação da Rua das Carvalhas - Trandeiras**»
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **27 500,00€** incluído IVA que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Moreira e Trandeiras a competência e a responsabilidade pela contratação, execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **27 500,00€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba **27 500,00€ (vinte e sete mil e quinhentos euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 14 de Novembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Reconstrução do muro de suporte na Rua da Calçada - Tenões**»
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **21 762,33€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **21 762,33€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **21 762,33€** (vinte e um mil, setecentos e sessenta e dois euros e trinta e três cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 17 de novembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

**PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM
15/11/2019**

Considerando que:

1. Em 15 de Novembro de 2019 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Arentim e Cunha, para contratação, fiscalização e execução da obra de **«Alargamento e Requalificação da Rua Calçada da Pessa»**;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de **63 367,99€** (sessenta e três mil, trezentos e sessenta e sete euros e noventa e nove cêntimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 3ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **15.185,83€** (quinze mil, cento e oitenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 17 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente) o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Obras de reparação na Escola de Escudeiros»**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **30.088,82€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **30.088,82€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **30.088,82€ (trinta mil e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 17 de novembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Ruíhe o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação da Calçada da Lama Negra**»
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **9.402,20€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Ruílhe** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **9.402,20€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Ruílhe** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **9.402,20€** (nove mil, quatrocentos e dois euros e vinte cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 21 de novembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Crespos e Pousada o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação de muro de pedra na Rua da Bouça - Pousada**»
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **7.992,40€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Crespos e Pousada** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **7.992,40€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Crespos e Pousada** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **7.992,40€** (sete mil, novecentos e noventa e dois euros e quarenta cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 22 de novembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E AUTO DE TRANSFERÊNCIA
CELEBRADO EM 29/09/2023

Considerando que:

1. Em 29/09/2023 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a Gestão e manutenção de espaços verdes, a Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a manutenção reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público e realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e espaços envolventes;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba global de **171 135,35€** (cento e setenta e um mil, cento e trinta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos) discriminada no anexo A do mencionado contrato.
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 1 da cláusula 10ª do mencionado contrato, estabelece que *“O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada, em virtude de terem sido apresentadas zonas verdes que deveriam ser incluídas no mapa da sua freguesia (conforme anexo C da minuta da alteração do contrato interadministrativo);
5. Em 29/09/2023 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Auto de Transferência de Competências, entre o Município e a União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a Gestão e manutenção dos espaços verdes que se situem na área da respetiva freguesia; Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros que se situem na área da respetiva freguesia; Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, que se situe na área da respetiva freguesia; Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, que se situem na área da respetiva freguesia; Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico, que se situem na área da respetiva freguesia; e Autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
6. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida à Freguesia, uma verba anual de **122 470,35€** - (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta euros e trinta e cinco cêntimos) discriminada no anexo 4 do mencionado Auto;
7. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 1 da cláusula 11ª do mencionado Auto de Transferência, estabelece que *“O presente auto pode ser modificado por vontade das partes, sempre que se verifique uma alteração imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de acordar a presente transferência de competências ou quando assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas, desde que a exigência das obrigações assumidas afete gravemente os princípios da igualdade, não*

discriminação, estabilidade e prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço público, necessidade e suficiência de recursos”;

8. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada, em virtude de terem sido apresentadas zonas verdes que deveriam ser incluídas no mapa da sua freguesia (conforme anexo 1 da minuta da alteração do auto de transferência);

9. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram as presentes informações, conforme documentos anexos;

10. Validando assim um aumento da verba a atribuir de **85.257,00€ (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete euros - IVA incluído)**, perfazendo um montante total de **256.392,35€ (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e dois euros e trinta e cinco cêntimos)** no que se refere ao Contrato Interadministrativo mencionado, e perfazendo um montante total de **207 727,35 € (duzentos e sete mil, setecentos e vinte e sete euros e trinta e cinco cêntimos)** no referido Auto de Transferência de competências;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração do Anexo A e C do Contrato Interadministrativo referido, bem como a alteração do Auto de Transferência de Competências referido, e Anexos 1 e 4 respetivos, conforme minutas que se anexam.

Braga, 16 de Novembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Dr. Ricardo Rio)